

Voto está bem mais próximo

EDSON VIDIGAL
Da Editoria de Política

De repente a cidade se apercebe do que está perdendo e se reconhece com direito à representação política e o reivindica não mais com a incerteza de quem não sabe exatamente o que está querendo, mas com a segurança de quem já descobriu a medida correta da sua razão.

O seminário sobre o futuro político de Brasília, encerrado ontem, nos mostrou organizações comunitárias absolutamente conscientes da necessidade de conquistar o quanto antes seus espaços políticos e uma Comissão do Senado para os assuntos do Distrito Federal bastante predisposta à autodissolução, que será inevitável quando essa tão ansiada representação política chegar.

De todas as capitais do mundo, Brasília é a única onde o celibato político se mantém sob controle talvez mais rígido que o imposto a alguma ordem de madres terezas juramentadas no amor apenas de Cristo.

As discussões promovidas pelo "Correio Braziliense", exatamente na semana em que a cidade completa vinte e três anos de idade e de absoluto jejum eleitoral, deixaram claro que a questão envolve dois ângulos. Um é o da representação dos cidadãos nacionais aqui residentes que são discriminados pelo Poder. Em desacato à Constituição, segundo a qual todo poder emana do povo, não é deferido ao milhão e meio de pessoas o direito aos Deputados a que têm direito na Câmara Federal. Trata-se aqui da representação política a nível nacional. O outro ângulo, e esse carece ainda de mais discussões, é o que se refere à representação da comunidade ao nível da administração local.

Pois sendo Brasília a sede do governo federal, portanto um mero distrito administrativo sob permanente controle federal, não seria, em tese, admissível eleição para Governador. A administração dessa área seria de responsabilidade direta da União, que aqui se sedia. Digamos mesmo que não fosse admissível eleição para Vereadores e que, assim, a Capital da República resumida apenas ao Plano Piloto fosse a área de absoluto domínio do poder federal. Ainda assim os nessa área residentes teriam direito ao voto para a Câmara Federal. Mas as cidades-satélites e demais comunidades fora do Plano Piloto, como ficariam? Propõe-se que se lhes dê autonomia relativa, elegendo-se Vereadores e nomeando-se Prefeitos.

Como se vê as discussões apenas começaram. O Distrito Federal tem consciência de que precisa despertar para essa questão e o Seminário ontem encerrado mostrou muito bem que a luta pelo voto do DF não vai demorar muito para ser vitoriosa.